



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3472530 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90007/2025, documento n.º 3467859, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

2. O Pregoeiro se manifestou pelo não acolhimento das razões da impugnante, documento n.º 3470829.

3. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1 se pronunciou mediante Parecer n.º 351, documento n.º 3471899, conforme trecho abaixo transcrito:

“4. Pois bem. Assiste total razão ao Pregoeiro. As exigências em pauta, na fase de habilitação, são atendidas mediante mera declaração das licitantes, inseridas no sistema em que os pregões desta Casa são desenvolvidos (Compras.gov.br), medida que vai ao encontro da Lei nº 14133/2021, que reza:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

(...)

V - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(grifos nossos)

5. E, de modo a não perder de vista o constante atendimento a tais regras (reserva de cargos), a nova lei de licitações indica a obrigatoria verificação, pelo Contratante, durante a fase de execução contratual. Vejamos, *in verbis*:

"Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas."

(grifos nossos)

6. Sendo assim, não há como prosperar as alegações da Impugnante, vez que as condições do ato convocatório estão claramente alinhadas com a lei e regras vigentes.

7. Ademais, é preciso dizer que o TCU caminha no mesmo sentido, o que se pode constatar da leitura dos *excertos* abaixo:

[...]

8. Ante todo o exposto, **opinamos pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa INFINITY SERVIÇOS E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA (doc. nº 3467859), mantendo-se, por consequência,**

as atuais condições do edital do Pregão Eletrônico 90007/2025 (doc. nº 3449339), tal qual originariamente expedido.” (grifos originais e aditados)

4. Assim, lastreado no Parecer nº 351/2025, da ASJUR1, cujo relatório e fundamentos passam a integrar a presente decisão, e, com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa nº 27/2024, **julgo improcedente** a impugnação ao referido edital, formulada pela empresa INFINITY SERVIÇOS E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA (doc. nº 3467859).

5. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros - NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, **prosseguindo-se ao andamento da licitação, nos termos do edital publicado** (documento nº 3449339).

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 21/08/2025, às 12:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3472530** e o código CRC **DA77700B**.